
GEOGRAFIA POLÍTICA E GEOGRAFIA ELEITORAL: BREVES REFLEXÕES PARA A REALIDADE PIAUIENSE

Paulo Henrique de Carvalho **BUENO**

Professor de Geografia do IFPI – Campus Oeiras. Doutor em Políticas Públicas. Pós

Doutorado em Geografia – UFPI.

E-mail: paulo.bueno@ifpi.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3118-3834>

Eduardo Fortes Portela de **CARVALHO**

Professor de Direito do IFPI - Campus Teresina Central. Mestre em Ciência Política

E-mail: eduardo.fortes@ifpi.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5276-733X>

*Recebido
Julho de 2024*

*Aceito
Agosto de 2025*

*Publicado
Dezembro de 2025*

Resumo: a Geografia Eleitoral permite examinar as correlações entre processos eleitorais e contextos espaciais, o que possibilita compreender como a organização espacial influencia as decisões do eleitorado e como podem ser influenciados por candidatos para induzir resultados eleitorais. Uma das vertentes dessa geografia, a do voto, também auxilia nessas análises. Nessa direção, objetiva-se analisar a produção bibliográfica dessa temática em território piauiense, no âmbito da Geografia. Para tanto, foram utilizadas, metodologicamente, as produções de teses e dissertações sobre a temática, nos Programas de Pós-Graduação em Geografia, levantamento feito no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes e na Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações da Capes-BDTD, desde os anos 2000. Os resultados indicam carências significativas de investigações da Geografia do Voto no Estado, as quais têm sido realizadas, com maior frequência, no âmbito da Ciência Política, História e Ciências Sociais. Com efeito, torna-se necessário avançar nos descortinamentos das realidades eleitorais piauienses, com o intento de compreender os processos e as dinâmicas que antecedem as eleições, como também durante o processo, e os momentos pós-eleições, seja em nível municipal, estadual ou nacional.

Palavras-chaves: Geografia do voto; Eleições; Piauí.

POLITICAL GEOGRAPHY AND ELECTORAL GEOGRAPHY: BRIEF REFLECTIONS ON THE REALITY OF PIAUÍ

Abstract: Electoral Geography allows us to examine the correlations between electoral processes and spatial contexts, which makes it possible to understand how spatial organization influences the decisions of the electorate and how they can be influenced by candidates to induce electoral results. One of the aspects of this geography, that of voting, also helps in these analyses. In this direction, the objective is to analyze the bibliographical production of this theme in the territory of Piauí, within the scope of Geography. For this purpose, the production of theses and dissertations on the subject were used methodologically, in the Postgraduate Programs in Geography, a survey carried out in the Catalog of Theses and Dissertations of Capes and in the Brazilian Library of Theses and Dissertations of Capes-BDTD, since the 2000s. The results indicate a significant lack of investigations into the Geography of Voting in the State, which have been carried out, more frequently, within the scope of Political Science, History and Social Sciences. In effect, it is necessary to move forward in uncovering the electoral realities of Piauí, with the aim of understanding the processes and dynamics that precede the elections, as well as during the process, and the post-election moments, whether at the municipal, state or national level.

Keywords: Geography of voting; Elections; Piauí.

GEOGRAFÍA POLÍTICA Y GEOGRAFÍA ELECTORAL: BREVES REFLEXIONES PARA LA REALIDAD PIAUIENSE

Resumen: La Geografía Electoral permite examinar las correlaciones entre los procesos electorales y los contextos espaciales, lo que posibilita comprender cómo la organización espacial influye en las decisiones del electorado y cómo los candidatos pueden influir para inducir resultados electorales. Una de las vertientes de esta geografía, la del voto, también ayuda en estos análisis. En este sentido, el objetivo es analizar la producción bibliográfica de este tema en el estado de Piauí, en el ámbito de la Geografía. Para ello, metodológicamente, se utilizaron las tesis y disertaciones producidas sobre el tema en los Programas de Postgrado en Geografía, para lo cual se realizó un levantamiento en el Catálogo Capes de Tesis y Disertaciones y en la Biblioteca Brasileña de Tesis y Disertaciones Capes-BDTD desde el año 2000. Los resultados indican una carencia significativa de investigaciones acerca de la Geografía del Voto en el estado, puesto que se han realizado con más frecuencia en los campos de la Ciencia Política, la Historia y las Ciencias Sociales. En efecto, se hace necesario avanzar en la comprensión de las realidades electorales piauienses, con el fin de comprender los procesos y dinámicas que preceden a las elecciones, así como durante el proceso, y los momentos postelectorales, ya sea a nivel municipal, estatal o nacional.

Palabras clave: Geografía del voto; Elecciones; Piauí

INTRODUÇÃO

A Geografia Política e suas ramificações permitem compreender como as ações institucionais e da sociedade imprimem no espaço suas características e dinâmicas, o que influencia nos [re]fazer cotidianos das formas e conteúdos. Na verdade, a Geografia Eleitoral permite

examinar as correlações entre processos eleitorais e contextos espaciais, o que possibilita compreender como a organização espacial influencia as decisões do eleitorado e como podem ser influenciados por candidatos para induzir resultados eleitorais. Uma das vertentes dessa geografia, a do voto, também auxilia nessas análises. Nessa direção, objetiva-se analisar a produção bibliográfica dessa temática em território piauiense, no âmbito da Geografia.

Metodologicamente, o escrito se apoia em revisão bibliográfica, por meio da qual foram mapeadas as pesquisas de teses e dissertações que versam sobre a temática da Geografia Eleitoral no Brasil. O estudo teve início com base em um levantamento no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes e na Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações da Capes-BDTD. A primeira busca ocorreu no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes com a utilização dos descritores “Geografia Eleitoral” e “Voto”, separados pelo operador *booleano* “AND” no campo de busca, o que gerou vinte resultados. Ao averiguar o título das pesquisas e os programas das quais elas são oriundas, constatou-se que apenas oito trabalhos, sete dissertações e uma tese foram produzidos em Programas de Pós-Graduação de Geografia.

Buscou-se, também, estudos no Repositório da Universidade Federal do Piauí, instituição que conta com Programa de Pós-Graduação de Geografia, criado em 2011. Para tanto, foram utilizados os descritores “Geografia Eleitoral”, “Voto” e “Piauí” separados; resultando em nenhum trabalho elaborado direcionado à temática no âmbito do Programa. Na verdade, essa busca revelou a existência de dez dissertações, sendo que apenas quatro se alinham à temática da investigação do presente estudo, ambos do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Esse fato evidencia lacunas significativas de investigações que visam descortinar a Geografia Eleitoral do Estado.

Quanto à pesquisa realizada na BDTD, selecionou-se a opção “busca avançada”, por apresentar mecanismo que permite maior precisão das pesquisas sobre o tema investigado. Destarte, foram registrados nove trabalhos, e submetidos à verificação do título, Programas de Pós-Graduação e leitura dos resumos, o que resultou em apenas três trabalhos (todos são dissertações) que versam sobre a Geografia Eleitoral, produzidos nos Programas de Pós-Graduação em Geografia, os quais já haviam sido encontrados no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes.

Nesse sentido, recorreu-se a pesquisas da Ciência Política e História como forma de evidenciar as possibilidades de construção de objetos para a ciência geográfica feita no Estado. Desta feita, o escrito em tela assim se delineia para além de Introdução e Conclusão: 1) Geografia Política e Eleitoral – momento em que são feitas reflexões das produções brasileiras,

teses e dissertações, além de outros escritos, sobre a temática. 2) Geografia Eleitoral no Piauí – íterim voltado para discutir as produções piauienses e apontar possíveis objetos de pesquisas.

GEOGRAFIA POLÍTICA E ELEITORAL: BREVE BALANÇO

A Geografia Política tem tido avanços significativos no Brasil, desde os finais dos anos de 1990. Atualmente, há diversos grupos de pesquisa, participação com grupo de trabalho no Encontro Nacional da Pós-Graduação em Geografia (ENANPEGE), além de um Congresso específico da temática – Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território (CONGEO), o qual teve sua quarta edição em 2023. Refletir sobre Geografia Política se faz necessário para compreendê-la:

[...] como um conjunto de ideias políticas e acadêmicas sobre as relações da geografia com a política e vice-versa. O conhecimento por ela produzido resulta da interpretação dos fatos políticos, em diferentes momentos e em diferentes escalas, com suporte numa reflexão teórico-conceitual desenvolvida na própria geografia ou em outros campos como a ciência política, sociologia, antropologia, relações internacionais etc. A dupla necessidade de dar uma resposta acadêmica sobre os fundamentos geográficos para eventos políticos e a preocupação de legitimar a sua análise a partir de um enquadramento intelectual em modelos teóricos reconhecidos resultaram numa forte contextualização da disciplina, tanto em termos dos temas centrais como das opções metodológicas, além das práticas, de muitos dos seus formuladores [...] (Castro, 2010, p. 17).

Na verdade, Castro (2010; 2021), Castro e Azevedo (2022), dentre outras pesquisas, têm se dedicado ao debate no âmbito da Geografia Política de forma densa e sistemática. Em “Geografia e Política: território, escala de ação e instituições”, Castro (2010), discute-se a evolução da Geografia Política e suas imbricações nas produções espaciais em suas diversas nuances, o que exige dos geógrafos novos olhares para que se compreenda a sociedade vivida. Nesse sentido, a política e suas ações são concretizadas no espaço geográfico e promove dinâmicas nas formas e conteúdos que exigem compreensão e análises de diversos campos disciplinares, em que a Geografia pode contribuir significativamente. Sob este aspecto:

[...] a questão fundadora da Geografia Política continua sendo compreender como a política, no seu sentido institucional e operacional, invade as mais diferentes dimensões do espaço e, ao contrário do início do século XX quando a causalidade da política era procurada na geografia, nas últimas décadas do século XX e nas primeiras deste século XXI é cada vez mais necessário estudar como a geografia é informada pela política. Com a crescente visibilidade da política, seu campo tornou-se mais amplo e complexo, obrigando a uma renovação de suas perspectivas teóricas e conceituais e, estou de acordo com Brennetot, quando declara que a Geografia Política se tornou um dos sub-ramos mais dinâmicos e fascinantes da geografia contemporânea (Castro, 2021, p. 24).

Na diversidade temática da Geografia Política, “alguns temas já estão mais consolidados na disciplina, como as dimensões espaciais das políticas públicas e a gestão do território” (Castro, 2021, p. 24). De fato, como apontou Bueno e Andrade (2019), há importâncias significativas da dimensão territorial nas análises do ciclo das Políticas Públicas (formulação, implementação e avaliação). Em síntese, as espacializações e dinâmicas promovidas pelas Políticas Públicas no viver social constituem o cerne da contribuição geográfica nesse campo temático. Logo, ao promover novas [re]produções espaciais, concretizam-se, também, processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (T-D-R), dado o caráter [i]material do território. Com efeito, a implementação de uma Política Pública sobre o Território o dinamiza em razão de, nesse processo, haver apropriação, controle e gestão do espaço-território por parte dos sujeitos envolvidos. Com efeito, as dinâmicas empreendidas, por todo o ciclo das políticas públicas, frente ao espaço, implicarão em novas dinâmicas na diade forma/conteúdo, as quais podem ser lidas com base no conceito de território.

Contudo, outros objetos têm despertado interesse, em especial no âmbito da Geografia Eleitoral, a qual inclui a Geografia do Voto. Nesse sentido, pesquisadores têm investigado os padrões espaciais das votações em determinados candidatos, bem como as motivações para essas votações – se por personalidade ou perfil ideológico, o sistema político brasileiro e suas repercussões nas produções espaciais, os desafios no bojo da democracia brasileira, populismo, o exercício da cidadania e os impactos das redes sociais nos processos eleitorais, dentre outros.

Por sua vez, Castro e Azevedo (2022) discutem a necessidade de que sejam retomadas as análises, no âmbito da Geografia Política dos municípios como espaço de vida da sociedade, bem como escala significativa da gestão pública e da representação política, em que a identificação das características e diferenças do conjunto de municípios brasileiros permite a compreensão das conexões entre espaço, voto e gestão do território por parte da sociedade civil. Nessa direção, o município, de acordo com Castro e Azevedo (2022, p. 34):

[...] emerge como território de ação, como distrito eleitoral fundamental, formal e informal, como o lugar onde interesses se organizam e a política se realiza por meio do voto. Na engenharia política da democracia representativa no Brasil, o município dispõe das condições institucionais que o tornam o espaço privilegiado da ação da sociedade, dos partidos políticos e de seus eleitos, cujas conexões eleitorais se encontram na ordem do dia mediante debates sobre emendas parlamentares. Em conjunto, os municípios compõem espaços de gestão cujos efeitos se fazem sentir no cotidiano de seus habitantes.

Castro e Azevedo (2022), com base em análise de artigos publicados em periódicos (com Qualis A1 e A2) brasileiros, entre 2015 e 2022, encontram apenas três artigos que lidam diretamente com o município como objeto específico de discussão, ou seja, como os municípios

efetivam seus papéis no federalismo brasileiro. Os demais utilizam esse espaço apenas como sustentáculo dos fenômenos que nele ocorrem, o que não os tornam uma escala de reflexões. Suas conclusões apontam que ainda são incipientes as pesquisas que exploram, efetivamente, os municípios como objeto central nas discussões da Geografia Política e suas ramificações com vistas a evidenciar os processos que envolvem as escolhas eleitorais e ações desencadeadas nesses territórios. Com efeito, se faz necessário aprofundar os debates com o fito de refletir para o fato de que a:

[...] questão que se impõe é até que ponto a maior proximidade da representação no município favorece a superação do tradicionalismo das relações clientelistas em nome do maior universalismo de procedimentos. O cotidiano da política na escala municipal espelha a sociedade brasileira a partir de seu lugar de vida e traça um quadro sem retoques dos modos como se ordenam as relações entre eleitores e eleitos e a capilaridade do processo de decisão política e dos recursos públicos que o irrigam (Castro; Azevedo, 2022, p. 49).

Examinar, no âmbito da Geografia Política, como se dão os processos de escolhas eleitorais e suas nuances tem sido alvo da Geografia Eleitoral, aqui entendida como ferramenta que possibilita analisar as correlações entre processos eleitorais e contextos espaciais, o que permite compreender como a organização espacial influencia as decisões do eleitorado e como podem ser influenciados por candidatos para induzir resultados eleitorais (Azevedo, 2023).

É consenso na literatura que o escrito de André Siegfried, 1913, intitulado “*Tableau politique de la France de l'Ouest*”, pode ser considerado o pioneiro da Geografia Eleitoral (Azevedo, 2023). Por meio de uma revisão bibliográfica em artigos publicados em periódicos, Azevedo (2023) analisou a produção nacional e internacional em Geografia Eleitoral, escrita que escrutinou as características e fragilidades nas pesquisas brasileiras. A partir do estudo de dois grandes temas da pesquisa em Geografia Eleitoral – Geografia da Representação e Geografia do Voto –, discute-se o espaço geográfico enquanto composição e o uso político dos mapas eleitorais e o espaço enquanto efeito contextual, junto ao seu uso estratégico por candidatos e partidos.

As conclusões de Azevedo (2023), extraídas de dezenove artigos nacionais e trinta e um internacionais, indicam que a historiografia da Geografia Eleitoral evidencia um dilema sobre o papel do espaço na conformação do comportamento eleitoral: por um lado se comporta como um palco com características sociais que não podem ser considerados como fatores explicativos, o que torna esse espaço apenas mais uma composição; por outro, tem-se a espacialidade como condicionante, contextual. Portanto, as produções brasileiras ainda carecem de mais abordagens contextuais. Enfim, adverte Azevedo (2023) que a Geografia Eleitoral é

riquíssima em temáticas, sejam as mais tradicionais, sejam as que busquem analisar os impactos das redes sociais nas campanhas, nos padrões espaciais do voto e nas novas discussões sobre representação e partido político.

No âmbito das teses e dissertações, tem-se a de Braga (2008), que, ao refletir sobre os territórios políticos da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), no Rio de Janeiro, buscou responder como se constituem seus territórios no referido município para a conclusão de seus objetivos políticos. Suas incursões objetivaram analisar os resultados eleitorais dos candidatos ligados a IURD nas eleições de 2000 a 2006, e suas ligações com as territorialidades da referida instituição religiosa. Seus apontamentos finais evidenciaram que as territorializações da IURD se centram nas áreas periféricas da cidade e com baixos índices de desenvolvimento humano. Nesse cenário, quanto maior a quantidade/concentração de templos, maiores são as votações dos candidatos ligados a referida igreja.

Augusto (2012) parte do entendimento de que as discussões entre a Geografia e Política partidária, a partir da Geografia Eleitoral, possibilita compreender as fundamentações utilizadas pelos eleitores em suas decisões de voto. Com efeito, com o uso da Geografia Eleitoral, analisa como se constrói no imaginário social a escolha de determinados candidatos no momento do voto, se por identificação pessoal ou partidária. Vale dizer que dois parâmetros os auxiliam nessa compreensão para o entendimento do comportamento do voto – renda e escolaridade. Sua pesquisa espacializa sua incursão em Guarapuava (PR) nas eleições de 2008 e 2010, em que aborda os pleitos municipal e nacional.

As conclusões de Augusto (2012) apontam que em Guarapuava as decisões do voto são complexas, mas prevalecem a identificação pessoal em detrimento da identificação partidária. Ademais, as variáveis de renda e escolaridade dos eleitores auxiliaram a entender as escolhas das camadas mais pobres, uma vez que, por desconhecimento de ideologias políticas e partidárias, têm nas benesses oferecidas por determinados candidatos fator significativo para o voto.

Em continuidade às incursões investigativas na temática, Augusto (2017) objetivou refletir a formação geográfica do voto português e brasileiro com base no comportamento do eleitor em suas votações nos pleitos locais e nacionais sob duas possibilidades: 1) por meio da identificação pessoal (candidato); 2) identificação partidária (partido). Acrescente-se que seus períodos temporais estão centrados nas eleições de 2011 e 2013 em Portugal, 2010 e 2014 no Brasil. Na verdade, as duas possibilidades postas pelo autor tornam-se suas hipóteses de pesquisas, ao acreditar que a primeira se dá nas eleições locais, enquanto a segunda torna-se mais visível nos pleitos nacionais. Suas conclusões indicam que não dá para determinar uma

única motivação para o comportamento do voto, o que o torna híbrido, relacionado diretamente ao contexto territorial, uma vez que a decisão do voto pode advir da identificação partidária, pessoal ou em ambas nas distintas escalas (locais e nacionais) analisadas.

Cunha (2014), ao partir do suposto de que a maioria dos estudos da Geografia Eleitoral foca nas características sociais e espaciais que influenciam as decisões do eleitorado, bem como a cartografização do fenômeno, adota o modelo sistêmico desenvolvido por Taylor (1978) como ferramenta para analisar as eleições municipais em Rio Grande no estado do Rio Grande do Sul nos anos de 2004 e 2008, com seus respectivos mandatos examinados, o que evidenciará os momentos anteriores, durante e após o processo eleitoral.

Por sua vez, Cunha (2014) objetiva analisar as interações entre as escolhas nas urnas e suas consequências para distintos recortes espaciais, em que se discute como ocorre a retroalimentação das políticas formuladas pelos eleitos escolhidos e como estas [des]conformam as produções espaciais. Ou seja, como afirma Cunha (2014, p. 14):

[...] buscou-se por meio de uma interpretação das diferentes etapas de um processo eleitoral encontrar as interações entre os agentes políticos, os eleitores e o recorte espacial que os envolve e os integra, inserindo o processo eleitoral como segmento da política e não como um apêndice momentâneo. Na dissertação foram analisados o comportamento dos políticos e o ato de votar dos eleitores, para encontrar uma relação entre os dois atos (votos e ações políticas), como forma de explicar a formação, a atuação política e suas consequências.

A ideia de sistema posto em Cunha (2014) para analisar as eleições municipais parte do pressuposto que esse acontecer é dinâmico, posto que as condicionalidades sociais e espaciais interagem para concretizarem ações intencionais por parte dos candidatos e do eleitorado. Essa esquematização sistêmica é exposta na Figura 1, a qual é assim esclarecida por Cunha (2014, p. 25-26):

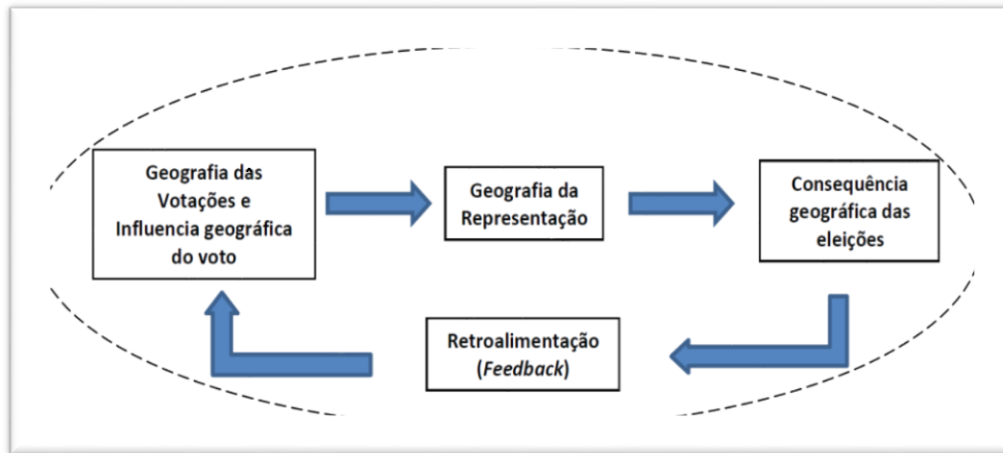
1º Estímulo – Geografia das votações e influência geográfica do voto: busca analisar os fatores geográficos que atuam na determinação da escolha dos votos, no sentido de identificar o que pode ser relevante para o eleitor escolher um candidato. As necessidades espaciais determinam a escolha de um projeto político que melhor responda os anseios de um grupo ou individual[...].

2º Processo Intermediário – Geografia da Representação: estuda a distribuição espacial dos votos e a representatividade formada a partir dos resultados das eleições. A pergunta chave é: os eleitores de determinados recortes espaciais conseguiram eleger o seu representante? [...].

3º Resultado – Consequência Geográfica dos votos: é a resposta política dada pelo candidato eleito aos recortes espaciais, ou seja, as atuações possuem direcionamento para pontos de concentração de seus votos. Como forma de representar os reflexos da política e consequentemente das eleições no espaço[...].

4º. Retroalimentação: Essa é o diferencial desse sistema geográfico para a análise eleitoral, pois é ele permite a continuidade dos processos eleitorais. Demonstrando que as ações políticas fazem parte das observações para o resultado dos próximos pleitos.

Figura 1 - Modelo Sistêmico para Geografia Eleitoral inserido no recorte espacial



Fonte: Taylor e Flint (2002) *apud* Cunha (2014, p. 23).

As conclusões de Cunha (2014) indicam que o modelo sistêmico para analisar o processo eleitoral em Rio Grande (RS), em 2004 e 2008, permitiu vislumbrar os interesses subjacentes das ações dos vereadores e eleitores, evidenciadas nas urnas e nas ações dos legisladores eleitos para com os distintos recortes espaciais de maiores votações. Na verdade:

[...] nos dois pleitos analisados o comportamento de eleitores e candidatos/vereadores foi similar, demonstrando que ambos buscam responder as suas necessidades. Tanto a resposta dos eleitores como as ações dos políticos possuem características semelhantes. Os comportamentos dispersos dos políticos eleitos vereadores foram bem aceitos quando seus votos obtiveram um mesmo parâmetro de distribuição (dispersos) com o mesmo tipo de ação. Os vereadores em distribuem suas ações e não agem de forma a beneficiar uma vizinhança que direcionou seus votos não conseguiram seguir na carreira em cargos políticos eletivos. Assim, foi possível observar uma direta relação entre a distribuição dos votos e dos atos políticos e as consequências no pleito seguinte, como resposta dos eleitores para legisladores locais (Cunha, 2014, p. 159).

Pereira (2014) examinou as formas de distribuição do voto no espaço e suas relações com a representação política dos deputados estaduais de Goiás, com vistas a responder sobre como se dá a relação entre a dimensão espacial do voto e a dimensão espacial da representação política na Assembleia Legislativa de Goiás, nas eleições de 2006 e 2010. Suas considerações

finais indicam que há diversos padrões de votação para deputados em Goiás, fato que incentiva comportamentos diversos dos legisladores e cria conexões eleitorais com os espaços de suas referidas votações mais expressivas. Afinal, a espacialização dos votos coincide com a espacialização dos projetos apresentados pelos deputados nas legislaturas analisadas, o que fortalece suas bases e assegura seus votos nos distintos pleitos.

Soares (2019) objetivou discutir como os fenômenos político-territoriais, associados às estruturas sociopolíticas, podem ter influenciado o voto nas eleições presidenciais de 1998 e 2002 no Brasil. As conclusões de Soares (2019) apontam que os contextos políticos e econômicos influem significativamente nos pleitos eleitorais, uma vez que, se em 1994 os ganhos imediatos do Plano Real favoreceram a vitória de Fernando Henrique Cardoso, em 1998, o mesmo Plano foi visualizado como continuidade do Plano Econômico. Contudo, as crises econômicas e políticas, ocorridas no segundo mandato de FHC, promoveram a vitória de Luís Inácio Lula da Silva em 2002. Ademais, conclui que outro fator determinante para a vitória eleitoral de Lula foi a interiorização do Partido dos Trabalhadores para além do espaço litorâneo do País.

Naves (2019) analisa as disputas e influências territoriais dos parlamentares eleitos nas legislaturas de 2002 a 2014 em Tocantins a partir das variáveis período eleitoral, perfil ideológico, origem do parlamentar e senioridade. Sob este aspecto, dois perfis se constituem como mais significativos nas territorializações dos eleitos: 1) origem do deputado – promove uma votação mais concentrada, em especial quando este vem do Poder Executivo municipal; 2) senioridade – promove uma votação concentrada e dispersa em função de que suas atuações nas legislaturas anteriores propiciaram canalização de recursos para diversos redutos eleitorais. Enfim, aponta conclusivamente que as votações concentradas, dominantes ou compartilhados são mais presentes nos eleitos pela primeira vez ao mandato; e, a partir da segunda disputa eleitoral, as votações tendem a se espalhar geograficamente pelo Estado, mais dispersas, portanto.

Nogueira (2020), ao partir da reflexão sobre a ligação entre o candidato e os eleitores em eleições locais no seu reduto eleitoral em Goiânia, visou compreender a distribuição dos votos obtidos pelos candidatos a vereador em 2016, o que lhe permitiu, também, identificar o comportamento eleitoral da população nessas eleições. Suas conclusões indicam que: 1) as distribuições espaciais de votação dos vereadores na escala municipal possuem uma variedade de padrões espaciais de votação; 2) as bases eleitorais informais criadas pelos candidatos perpassam os limites políticos, o que permite o uso da escala de estudo por locais de votação; 3) há uma sobreposição de várias bases eleitorais de candidatos diferentes.

As pesquisas analisadas evidenciam que a Geografia Eleitoral tem avançado em produções acadêmicas, mas que possui desafios prementes. Ademais, conforme Azevedo (2023), se fazem necessárias investigações que busquem superar o dilema no papel do espaço nos momentos eleitorais, se este se constitui apenas um fator explicativo/composicional ou um componente condicionante/contextual. Enfim, as duas perspectivas têm suas relevâncias e devem dialogar a partir das correlações entre as geoestatísticas/cartografias e as análises explicativas causais.

De fato, as pesquisas aludidas, as quais foram desenvolvidas nos Programas de Pós-Graduação em Geografia, buscam ora identificar os padrões espaciais das votações em um dado candidato, ora compreender as motivações do eleitorado para que deposite seu voto na urna. Desse modo, os autores imergem nos estudos da Sociologia Política, Ciência Política e Ciências Sociais como fundamentos para suas incursões investigativas.

No âmbito dos padrões espaciais, a literatura de Ames (2003) e Carvalho (2003) são basilares, uma vez que explicitam como as espacialidades das disputas territoriais e suas repercussões na conquista do poder constroem padrões de votações eleitorais, os quais são agrupados em quatro tipos, sedimentados em duas dimensões.

Ames (2003) em “Os Entraves da Democracia no Brasil” analisa, dentre diversas temáticas, os padrões espaciais dos legisladores eleitos no âmbito federal nas eleições da década de 1980 e 1990. Essa taxonomia parte do cruzamento de duas dimensões: 1) vertical (dominante/compartilhado) – medida a partir da força eleitoral do candidato em um dado município, medido por seus votos em relação aos demais; 2) horizontal (concentrado/disperso) – investiga se a votação de um dado candidato concentrou-se em poucos municípios ou foi dispersa pelo território estadual, ou seja, a distribuição geográfica dos municípios de suas votações revelará o grau de concentração ou dispersão de suas bases eleitorais.

A partir do entendimento das duas dimensões, para Ames (2003), os deputados têm seus padrões espaciais classificados em: 1) Concentrados/dominantes – nesse padrão, tende-se a se encontrar deputados que imprimiram historicamente relações tradicionais de empreguismo e clientelismo, em que se exemplifica a partir de representantes típicos, ex-prefeitos e membros de famílias tradicionais; 2) Concentrados – compartilhados, centrar-se-iam em candidatos que concentram votações em um único município ou um pequeno grupo destes, evidência encontrada, principalmente, nas maiores cidades brasileiras; 3) Dispersos – Compartilhados, são os candidatos que buscam eleitores numericamente pouco expressivos em qualquer municipalidade, os quais podem ser identificados pelo pertencimento ou relações próximas a grupos organizados; 4) Dispersos – Dominantes, esses padrões ocorrem quando se verificam

votações significativas em todos os municípios de um dado Estado, mas com alta concentração em alguns, o que no geral revela que o referido candidato realizou acordos com políticos locais ou ocupou altos cargos na administração estadual e viabilizou ações significativas nos municípios de maior votação. Esses padrões estão expostos no Quadro 1, a seguir.

Quadro 1 - Padrões estaduais de distribuição espacial proposto por Ames (2003)

Padrões estaduais de distribuição espacial			
% do total dos votos em municípios principais			
Distribuição dos votos em municípios principais	Dispersa	Baixa	Alta
		Dispersa – compartilhada	Dispersa – dominante
	Contígua	Concentrada – compartilhada	Concentrada – dominante

Fonte: Ames (2003).

Ames (2012), ao discutir as estratégias eleitorais na representação proporcional com lista aberta, faz analogia dos padrões espaciais de deputados para os níveis municipais com vista a fazer uma taxonomia desses territórios. Com efeito, assim se configura:

Municípios concentrados-dominados. Esse é o clássico “reduto” brasileiro, onde um deputado domina um grupo de municípios contíguos. As famílias dos candidatos podem ter tradições de poder na região; pode ser que eles galguem os degraus da política a partir de empregos locais; talvez façam acordos com chefes locais[...]. *Municípios concentrados-compartilhados.* Em grandes áreas metropolitanas tais como a Grande São Paulo, uma determinada coorte de eleitores pode ser suficiente para eleger muitos candidatos. Os candidatos da classe trabalhadora, por exemplo, frequentemente recebem três quartos de sua votação estadual total de um único município, a cidade de São Paulo. Mas talvez eles nunca recebam mais do que 5% dos votos dados na cidade ou em qualquer outro município, pois compartilham esses municípios com muitos outros candidatos. *Municípios dispersos-compartilhados.* Alguns candidatos recorrem a coortes de eleitores cujo apoio é numericamente pequeno dentro de um único município. Dois exemplos comuns são os nipo-brasileiros e os evangélicos, protestantes que tipicamente votam em candidatos evangélicos. Essas coortes são coesas e leais, mas não são muito grandes; assim, os candidatos que dependem desses eleitores constroem coalizões compostas de pequenas fatias de muitos municípios. *Municípios dispersos-dominados.* Esse padrão se ajusta a candidatos que alguma vez tiveram cargos burocráticos de nível estadual, como secretário de educação, um cargo que tem um potencial clientelista substancial. O padrão também é típico de candidatos que fazem acordos com líderes locais[...] (Ames, 2012, p. 64-65).

As Reflexões de Ames (2003, 2012) permitem que se visualize como o espaço se constitui fator relevante nas estratégias e ações políticas dos candidatos a um determinado cargo político, em especial a deputados federais. Na verdade, tal configuração espacial pode ser

aplicada a estudos das eleições de deputados estaduais em qualquer unidade da federação e de vereadores em cidades de maiores portes demográficos.

Carvalho (2003) discute as eleições para a Câmara dos Deputados em 1994 e 1998, para investigar os padrões espaciais desses pleitos e incrementar uma análise sobre o comportamento eleitoral dos parlamentares eleitos. Suas conclusões, do ponto de vista da taxinomia de Ames (2003) evidenciam que: os deputados eleitos nas duas eleições analisadas mostraram que, na dimensão horizontal, 46% dos eleitos têm votação concentrada, e 54% fragmentada; no que tange à dimensão vertical, verificou-se equilíbrio entre dominância – 49% em 1994, 47% em 1998, não dominância – 51% em 1994, 53% em 1998.

No que se refere ao comportamento eleitoral em que se busca compreender as variáveis que levam o eleitor a escolher seu candidato, três correntes são mais utilizadas na literatura que lida com a temática, são estas: as abordagens sociológica, psicológica/psicossociológica e da escolha racional.

A corrente sociológica parte do contexto social (imbricados de fatores socioeconômico, culturais e estruturais de classe) em que o eleitor está imerso como elemento fundamental para explicar sua opção de voto (Lago, 2005). Nessa direção, as interações sociais constroem identidades de coletivo social e influenciam as tomadas de decisões individuais nos momentos eleitorais. Daí que essa perspectiva visa:

[...] compreender os mecanismos através dos quais são construídas as identidades entre determinados grupos socialmente definidos e partidos e/ou ideologias políticas específicas. Os partidos, através de seus discursos, procuram angariar votos. Buscam uma forma de criar e manter identidade com grupos sociais, comunidades, segmentos, classes sociais. Ou ainda com grupos mais genéricos como “pobres”, “povo”, negros, mulheres, católicos, evangélicos, aposentados, etc. Essa identidade partidária, segundo a perspectiva sociológica, se dá sob a forma de um contrato entre eleitores e partidos/candidatos, onde aqueles são representados por estes (Lago, 2005, p. 15).

A abordagem psicológica/psicossociológica busca compreender como o eleitor concebe sua existência a partir das opiniões expressas no contexto social e como esses elementos são utilizados em suas decisões no ato de votar (Augusto, 2020). Afinal:

Ao contrário do que acontece na abordagem sociológica, para a perspectiva psicossociológica, o indivíduo e suas motivações ao nível psicológico é que se constituem na unidade de análise. Seu pressuposto é de que o comportamento eleitoral se baseia na estrutura de personalidade dos indivíduos e no seu sistema de crenças, os quais são relativamente independentes do contexto social em que o sujeito vive (Lago, 2005, p. 17).

Conforme Lago (2005), a abordagem da escolha racional tem fundamento na obra “Uma Teoria Econômica da Democracia” de Anthony Downs, em que a logicidade do voto pauta-se na escolha que traga mais ganhos individuais. Sob este aspecto, o racional é compreendido como “a ação que é eficientemente planejada para alcançar fins econômicos ou políticos conscientemente selecionados do ator” (Downs, 1999, p. 41). Com efeito, os sujeitos, por esse ângulo, são egoístas, mesmo agindo racionalmente, posto que a natureza humana:

[...] nos faz sentir mais intensamente o que nos afeta de modo direto do que o que nos afeta de modo indireto através dos outros, necessariamente leva ao conflito entre indivíduos. Cada um, conseqüentemente, tem uma maior consideração por sua própria segurança ou felicidade, do que pela segurança ou felicidade de outrem: e, quando essas entram em choque, está pronto a sacrificar o interesse de outrem ao seu próprio (Calhoun *apud* Downs, 1999, p. 49).

A escolha racional visa explicar as lógicas que levam os indivíduos a optarem por determinados candidatos em detrimento de outrem, o que traz algumas diferenciações em relações as outras duas abordagens. Contudo:

[...] a Teoria da Escolha Racional não é um modelo absolutamente oposto, por exemplo, à perspectiva sociológica. Ou seja, ela não nega a importância do contexto na determinação das escolhas político-eleitorais. Pelo contrário, admite que o contexto dentro do qual as escolhas são feitas é fator determinante para as referidas escolhas. Contudo, ao contrário da perspectiva psicossociológica, não pressupõe que haja um processo de automação do comportamento político-eleitoral determinado pelas condições socio-históricas e culturais de cada grupo social. A própria noção de racionalidade deve ser entendida como um elemento histórico, que interage e possui relação de influência recíproca com o contexto sociocultural. Contudo, o que a Teoria da Escolha Racional não apregoa é a ideia de que esse contexto possua determinação total e unilateral sobre como os indivíduos fazem suas escolhas (racionais). Mesmo em um contexto de pouca informação e sofisticação política é possível, segundo os defensores da Teoria da Escolha Racional, um comportamento dotado de racionalidade ou, ao menos, não irracional (Lago, 2005, p. 28).

As discussões dos padrões espaciais, bem como sobre as motivações para o comportamento do eleitor têm norteado diversas pesquisas que envolvem a Geografia Eleitoral. Contudo, as taxonomias, teorias de escolha dos votantes não são modelos fechados em que se deva encaixar as dinâmicas políticas brasileiras. Aliás, os contextos espaciais do País, com suas desigualdades sociais, econômicas, culturais, políticas e ambientais, exigem dos pesquisadores que façam uso mais amplo dos mecanismos de compreensão da realidade vivida, em especial os ligados à política.

GEOGRAFIA ELEITORAL NO PIAUÍ: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA

Discussões sobre a Geografia Eleitoral do Piauí, embora não tratando diretamente sobre eleições, encontra-se em Azevedo (2012), que analisou, comparativamente, os municípios criados entre 1985 e 1996 nos Estados do Piauí e Rio Grande do Sul, com o fito de discutir de que maneira a constituição de novos territórios municipais afetam o exercício da cidadania, a qual é escrutinada por meio da criação de conselhos municipais. Suas conclusões indicam que há diferenciações significativas nos conselhos municipais criados nos dois Estados, os quais têm contextos espaciais em suas diferenciações. No Piauí, os poucos conselhos criados, por conta de obrigações constitucionais, como os de Saúde, Direitos da Criança e do Adolescente e Educação funcionam de forma precária, o que promove baixo exercício da cidadania por parte dos munícipes, diferentemente da realidade Sul-rio-grandense.

No território piauiense, foram encontradas duas pesquisas que visam analisar os padrões espaciais das votações para deputados estaduais e federais, ambas as pesquisas foram desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Neves (2010) discutiu os padrões, pautado na taxonomia de Ames (2003) e Carvalho (2003), das votações dos deputados federais eleitos nos pleitos eleitorais de 1994 a 2006 e suas conexões eleitorais no período analisado à luz das emendas parlamentares destinadas aos municípios piauienses. Suas conclusões indicam que: 1) o padrão mais constante é o disperso – dominante, entretanto, o disperso-compartilhado também se faz presente, fato que explica as altas taxas de reeleição nos pleitos e reforça a trajetória política dos deputados como destinadores de emendas, como forma de manutenção, dispersa, de seus redutos eleitorais; 2) os deputados mais alinhados às causas específicas, caso dos trabalhadores, tiveram um padrão concentrado – compartilhado, com exceção do deputado Antônio José Medeiros (Partido dos Trabalhadores) que teve o padrão disperso – compartilhado em função de sua trajetória política ao exercer cargo de secretário de Educação do Estado, o que permitiu interiorizar suas votações pelo território estadual.

Acrescente-se que Dantas Filho (2018) investigou os padrões das votações dos deputados estaduais do Piauí nas eleições de 1998 a 2014, ancorado na taxonomia de Ames (2003) e Carvalho (2003). Suas conclusões apontam que: 1) a configuração espacial do Estado favorece votações mais dispersas, posto que apenas a capital tem condições de eleger legisladores no padrão concentrado, o que faz com que se tenha o tipo disperso – dominante como sendo regra nos pleitos eleitorais analisados; 2) os deputados com longa trajetória política possuem dispersão dos votos mais significativa, evidência das conexões com seus redutos eleitorais e sua expansão. Como conclusão principal, Dantas Filho (2018, p. 84) indica que:

[...] temos o fato de que a geografia do voto piauiense (sob a nomenclatura dos padrões de votação) não é uma condição estratégica *ex ante* da competição política, pois ao analisarmos tanto o vetor horizontal como o vetor vertical verificamos que as condições geográficas são tão determinantes que obrigam os deputados estaduais a reagir, e não a deliberar previamente, perante as circunstâncias da competição e as regras eleitorais que estão submetidos.

As reflexões de Neves (2010) e Dantas Filho (2018) evidenciam os padrões espaciais das votações dos deputados federais e estaduais eleitos, bem como algumas correlações com as conexões eleitorais territorializadas no Estado do Piauí, o que constitui relevantes estudos no âmbito da Geografia Eleitoral e lança luzes para outras frentes de pesquisa, em especial no âmbito da Geografia.

Na verdade, as realidades políticas na maioria dos municípios piauienses são dinamizadas por poucos grupos de pessoas em busca de cargos executivos, o que revela que famílias se revezam e se perpetuam no poder a partir de usos diversos, seja nos mecanismos econômicos, sociais ou culturais. Nesse sentido, algumas pesquisas têm procurado desnudar essa configuração para que se compreenda como esta se reproduz, com destaque para as pesquisas de Silva (1999), Arraes Filho (2000) e Moura (2019), todas da Ciência Política.

As pesquisas de Silva (1999) e Arraes Filho (2000) compreendem que a realidade socioeconômica piauiense fomentou o erguimento oligárquico ligado às atividades agropecuárias e na propriedade da terra, a qual, mesmo com os processos de industrialização e urbanização, pouco modificaram as estruturas sociais e políticas do Estado, principalmente ao longo do século XX. Nesse sentido, poucos núcleos familiares, à medida que o Brasil passou por transformações em suas configurações políticas, adaptaram-se para manterem-se e reproduzirem-se nos poderes locais, estaduais e nacionais. Conforme Silva (1999, p. 18), “[...] a ação do Estado converge para os interesses políticos e econômicos das redes familiares que o governaram e o governam, revezando-se no poder com poucas mudanças no corpo do grupo dirigente do Piauí até a década de 1990”.

De fato, Silva (1999) examinou as dinâmicas da elite política do Estado do Piauí para suas manutenções e reproduções nos postos de comando de poder estaduais. Na verdade, essas estruturas familiares carregam em si elementos patrimonialísticos e de pouca vontade de transformações sociais, econômicas e políticas da realidade piauiense. Nessa direção, o argumento desenvolvido ao longo do escrito consiste em as oligarquias terem se consolidado:

Na Primeira República e se reproduzem numa metamorfose onde convivem características conservadoras e modernas, preservando os atributos de uma dominação política tradicional onde o Estado é a principal fonte de poder e “*locus*” de demandas clientelísticas para a manutenção de lealdades político-eleitorais; elas vêm sofrendo mudanças e adaptando-se às transformações

ocorridas no país nos últimos cinco anos e começam a perder prestígio após duas derrotas eleitorais consecutivas para o Governo do Estado (Silva, 1999, p. 39).

Em seu percurso analítico, Silva (1999) faz uso das categorias elite, elite política, sistema oligárquico, oligarquia, redes familiares, patrimonialismo político, dominação tradicional, clientelismo e instituições para desnudar a dinâmica da política piauiense ao longo do século XX. Nesse sentido, ao longo da história, os mandatários do poder no Estado metamorfosearam suas ações de manutenção nos postos de comando, em que antes figuravam os coronéis com suas bases agrárias para obterem lealdade eleitoral. Atualmente:

[...] esses limites são definidos pelo controle dos meios de comunicação na formação da opinião pública em favor dos grupos da Elite Política e dos empregos na estrutura do Estado nos níveis municipal, estadual ou federal. Apesar desses setores tradicionais assimilarem novas técnicas de dominação preservam o clientelismo e o patrimonialismo como principais formas de geração de moedas de troca eleitoral para garantir as suas lealdades políticas locais e, consequentemente, o mando (Silva, 1999, p. 331).

Ainda que não seja seu objeto de pesquisa, as análises de Silva (1999) indicam que a dinâmica que ocorre na política estadual se reproduz na esfera municipal e vice-versa, uma vez que se verifica “[...] eleição seguida de duas ou três gerações de políticos, passando o mandato de pai para filho, ou tio para sobrinho, irmão para irmão, em que predomina o critério da consanguinidade [...]” (Silva, 1999, p. 321). De fato:

Reproduz-se, assim, o poder municipal instalado nas diversas regiões do Estado que se consolidado em duas ou três famílias que se perpetuam nas prefeituras, revezando-se desde as décadas de 1940 e 1950. São famílias que exerceram o mando durante muito tempo de forma coronelística, com pouquíssima penetração no círculo do poder de pessoas estranhas aos laços consanguíneos. Esse domínio começa com as conquistas das prefeituras, para depois alçar a esfera estadual, através de um mandato de deputado estadual, numa primeira instância, e de deputado federal, numa segunda (Silva, 1999, p. 323).

Arraes Filho (2000) analisou as oligarquias e elites políticas piauienses, de 1982 a 1995, que forjaram os deputados estaduais e federais nesse período. Nessa direção, a Geografia Política do Estado, a partir dos representantes na Assembleia Legislativa e Câmara Federal, divide-se em componentes da região Sul piauiense, as oligarquias da região central, e as do Norte do Estado. O autor parte do argumento de que as realidades socioeconômicas das diferentes regiões do Piauí promovem a composição e recrutamento do parlamento de forma oligárquica, uma vez que quanto mais pobres e isolados forem os municípios maiores serão as tendências de permanência do poder e padrões políticos tradicionais, pautados na alocação e na

inversão de recursos financeiros nos respectivos espaços conforme a adesão a um determinado deputado.

Nesse cenário oligárquico, ilustra-se que Oeiras, região Central piauiense, desponta com duas famílias, os Tapety, ligados ao PMDB, e os Sá (Arraes Filho, 2000). Na verdade, os comandos dessas famílias se centram na tradição e nos patrimônios pecuniários e de terras, os que as tornam centro de gravitação de uma população carente socioeconomicamente. Com efeito, de acordo com Arraes Filho (p. 58, 2000):

[...] no interior dessas oligarquias dominantes, os laços internos muitas vezes são mais fortes que os partidos, e o exercício político aparece como um fim em si mesmo. A cada eleição exercem grande atividade no apoio ou mesmo entrando na disputa com filhos, sobrinhos, parentes, afilhados e compadres, pondo em jogo sua afirmação, o poder, a autoestima e a sobrevivência política familiar, geralmente saindo-se vitoriosas e robustecidas em seus patrimônios político e econômico.

Moura (2019) discutiu o familismo político na Assembleia Legislativa do Piauí, período de 1986 a 2014, e suas formas de manutenção e reprodução da herança política, as quais se baseiam no uso dos capitais político, econômico, social e simbólico. Na verdade, a reprodução de familiares nos espaços de gestão se evidenciam:

[...] nas práticas políticas regionais e locais que ainda trazem em seu bojo o uso de determinados capitais que, conjugados, possibilitam a manutenção e reprodução dos grupos familiares nas diversas estruturas formais de poder no seio do Estado. Tais capitais correspondem a: Capital Social – que repousa na rede de contatos e relacionamentos construídos pelo grupo familiar ao longo das décadas e que perpassam a esfera do campo político; Capital Político – que corresponde especificamente ao capital político delegado, que propicia acesso às estruturas formais de comando nas esferas das instituições políticas (partido) e dos executivos municipal e estadual; Capital Econômico – que se assenta exclusivamente na capacidade de captação e posse de recursos econômicos dos troncos político-familiares; Capital Simbólico – que envolve o processo de aglutinação concomitante composto pela socialização política, pela libido social, pelo *habitus* e pelo capital cultural. A soma dos capitais conjugados propicia aos grupos familiares a apreensão patrimonial do espaço do poder político.

Moura (2019) evidencia, por exemplo, que o tronco familiar Tapety está há cinquenta e seis anos na legislatura estadual, na qual Juarez Tapety deixa como herdeiro Mauro Expedito Reis de Freitas Tapety; enfatize-se que ambos têm passado pelos partidos PDS, PFL e PMDB. De fato, as duas famílias que dominam a cena política oeirense buscaram, ao longo dos anos, fincar seus membros tanto nos cargos de gestão do Executivo municipal, quanto no Legislativo estadual e federal.

Na verdade, as reflexões de Silva (1999), Arraes Filho (2000) e Moura (2019), mesmo que seus objetos sejam o território estadual, iluminam muitas realidades políticas locais e suas dinâmicas nos momentos pré, durante e pós-eleitoral. Enfim, como afirma Moura (2019, p. 110):

[...] a política é uma atividade elitista; não se acessa com êxito nesta arena sem dispor de certos capitais ou recursos estratégicos de poder, como também não se mantém os espaços conquistados sem o contínuo dispêndio de tais recursos. Levando também em consideração que o acesso aos capitais é extremamente desigual [...].

Como aludido, no campo da Geografia produzida no Piauí, pouco se tem avançado nos estudos ligados à Geografia Política, Geografia Eleitoral ou à Geografia do Voto. Nesse sentido, diversas temáticas se colocam em relevo, as quais vão desde pesquisas sobre os municípios em suas competições eleitorais, comportamento dos eleitores nos tempos de política aos padrões espaciais ou cartografização do fenômeno eleitoral.

De fato, atualmente se tem uma gama significativa de ferramentas tecnológicas capazes de auxiliarem na apreensão e cartografia dos objetos ligados ao voto e eleições. Portanto, a Geografia pode e deve contribuir nesse debate com suas discussões sobre espaço geográfico e as dinâmicas sobre este, empreendidas pelas ações e dinâmicas da política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política faz parte do viver social, e suas dinâmicas afetam diretamente as produções espaciais. Nesse sentido, a Geografia pode contribuir discursivamente para a compreensão dessa temática, seja no âmbito da Geografia Política, seja em suas ramificações, tais como a Geografia Eleitoral e a Geografia do Voto. Na verdade, desde os anos de 1990 têm aumentado os estudos desse ramo da ciência geográfica, contudo ainda há a necessidade de se ampliar o leque de pesquisas.

Se no País, como um todo, são poucas as investigações geográficas sobre eleições e voto, no Piauí tornam-se ainda mais reduzidas. Nesse sentido, os estudos da Ciência Política e da História podem ser utilizados como subsídios relevantes para que se adentre pela temática de forma sistemática e densa.

Com efeito, espera-se, com o escrito em tela, instigar os geógrafos piauienses a se inserirem nas discussões da Geografia Eleitoral e na Geografia do Voto, uma vez que esses objetos têm passado um tanto quanto despercebidos pelos estudiosos, fato evidenciado pela não produção acadêmica no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPI.

REFERÊNCIAS

AMES, Barry. **Os entraves da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

AMES, Barry. A estratégia eleitoral na representação proporcional com lista aberta. **Cadernos Metr pole**, São Paulo, v. 14, n. 27, p. 59-87, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/14781/10777>. Acesso em: 25 maio 2024.

ARRAES FILHO, Manoel Ricardo. **Oligarquias elites políticas no Pia  **: 1982 a 1995. 2000. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/192850>. Acesso em: 25 jun. 2024.

AUGUSTO, Daniel Cirilo. **Geografia Eleitoral e decisão do voto**: uma análise a partir do eleitorado de Guarapuava-PR. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, Paraná, 2012. Disponível em: <http://tede.unicentro.br:8080/jspui/bitstream/tede/503/1/PR%20Daniel%20Cirilo%20Augusto.pdf>. Acesso em: 25 maio 2024.

AUGUSTO, Daniel Cirilo. **Comportamento geográfico do voto**: a identificação pessoal e a identificação partidária em Portugal e no Brasil. 2017. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual de Maringá, Paraná, 2017. Disponível em: <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/bitstream/1/2883/1/000227015.pdf>. Acesso em: 25 maio 2024.

AUGUSTO, Daniel Cirilo. **Caminhos da Geografia Eleitoral**: o comportamento geográfico do voto. Curitiba: Intersaberes, 2020.

AZEVEDO, Daniel Abreu de. A necessidade da Geografia Eleitoral: as possibilidades do campo. **Geosp**, São Paulo, v. 27, n. 2, e-204649. 2023. DOI 10.11606. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/204649>. Acesso em 25 maio 2024.

AZEVEDO, Daniel Abreu de. **Divisão Municipal e o exercício da cidadania em espaços desiguais**: os casos do Pia   e Rio Grande do Sul. 2012. Dissertação (Mestrado em geografia), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/16/teses/795977.pdf>. Acesso em: 25 maio 2024.

BRAGA, Danilo Fiani. **Pentecostalismo e política**: uma Geografia Eleitoral dos candidatos ligados   Igreja Universal do Reino de Deus no município do Rio de Janeiro - 2000 a 2006. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/16/teses/716527.pdf>. Acesso em: 25 maio 2024.

BUENO, Paulo Henrique de C.; ANDRADE, Carlos Sait P. de. Território e Políticas Públicas em uma abordagem geográfica. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 20, n. 71, p. 404-419, 2019. DOI: 10.14393/RCG207145896. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/45896>. Acesso em: 7 jun. 2024.

CARVALHO, Nelson Rojas de. **E no início eram as bases**: Geografia Política do voto e comportamento legislativo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CASTRO, Iná Elias de. Geografia política: o que é afinal e para que serve. **Espaço & Geografia**, Brasília, v. 24, n. 2, p. 1-26. 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/espacoegeografia/article/view/40254/31297>. Acesso em: 25 maio 2024.

CASTRO, Iná Elias de; AZEVEDO, Daniel Abreu de. Porque é preciso falar de municípios e de geografia política. **Conhecer: debate entre o público e o privado**, Fortaleza, v. 12, n. 29, p. 31-54. 2022. DOI 10.32335/2238-0426.2022.12.29.8345. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/view/8345/7066>. Acesso em: 25 maio 2024.

CUNHA, Ricardo Borges da. **Geografia Eleitoral e o emprego de uma análise sistêmica: um estudo de caso sobre o processo político no município do Rio Grande/RS**. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande do Sul, 2014. Disponível em: https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/4038/2014_cunha_geografia_e_leitoral_emprego.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 25 maio 2024.

DANTAS FILHO, Adauto de Galiza. **A geografia política da Assembleia Legislativa Piauiense (1998-2014)**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ufpi.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/1468/a%20geografia%20po%20l%20c%20adica%20da%20assembleia%20legislativa%20piauiense%20%281998-2014%29.pdf?sequence=1>. Acesso em: 26 maio 2024.

DOWNS, Anthony. **Uma teoria econômica da democracia**. Tradução: Sandra Guardini Teixeira Vasconcelos. São Paulo: EDUSP, 1999. Cap. 1, 2. p. 11-56.

LAGO, Ivann Carlos. **O significado do voto em eleições municipais: análise dos processos de decisão de voto em eleições para prefeito em Itajaí/SC**. 2005. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. Disponível em: https://necip.ufsc.br/files/2011/12/Dissertacao_Ivann.pdf. Acesso em: 25 maio 2024.

MOURA, Germano Lúcio Pereira. **Familismo político: manutenção e reprodução da herança política na ALEPI (1986-2014)**. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2019. Disponível em: http://repositorio.ufpi.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/2174/GERMANO%20L%20c%20a%20CIO%20PEREIRA%20MOURA__disserta%20a7%20a3o%20final.pdf?sequence=1. Acesso em: 25 jun. 2024.

NAVES, Witer Fonseca. **Geografia do voto no Tocantins: influências e disputas territoriais nos processos eleitorais entre 2002 E 2014**. 2019. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, 2019. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/bitstream/11612/1746/1/Witer%20Fonseca%20Naves%20-%20Disserta%20a7%20a3o.pdf>. Acesso em: 25 maio 2024.

NEVES, Adriano Craveiro. **Geografia do voto e conexão eleitoral nas eleições de 1994 a 2006 para deputado federal no Piauí**. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

NOGUEIRA, Braian de Alencar. **Geografia Eleitoral e Identidade: um Estudo de Caso da Zona Norte de Goiânia**. 2020. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tedeserver/api/core/bitstreams/c0523eea-36de-4d81-9018-a0fee2759fac/content>. Acesso em: 25 maio 2024.

PEREIRA, Bruno Magnum. **Geografia Eleitoral: análise espacial dos votos dos deputados estaduais de Goiás nas eleições de 2006 e 2010**. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014. Disponível em: https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/5230/2014_pereira_geografia_eleitoral_analise.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 25 maio 2024.

SILVA, Roberto John Gonçalves da. **Metamorfose das oligarquias: O caso do Piauí**. 1999. Tese (Doutorado em Ciência Política), Universidade de São Paulo, São Paulo. 1999.

SOARES, Renato Morgado. **Um voto na Geografia Eleitoral: análise do território para as eleições presidenciais brasileiras entre 1998 e 2002**. 2019. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-22122020-204142/publico/2019_RenatoMorgadoSoares_VCorr.pdf. Acesso em: 25 maio 2024.